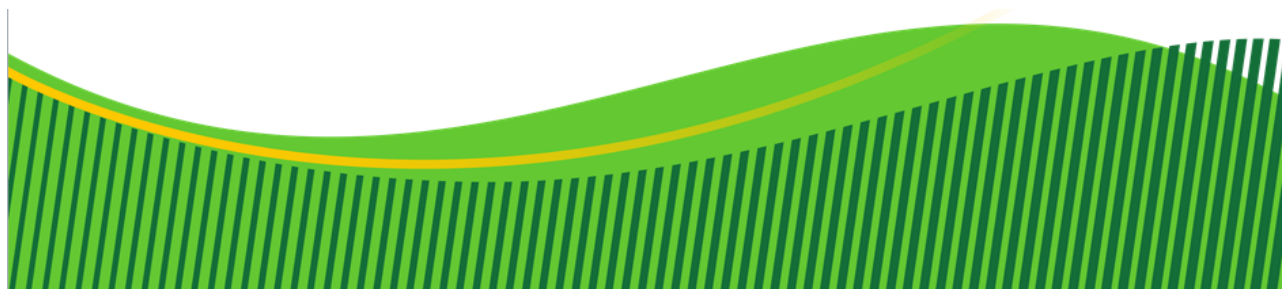


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Molhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de março de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>254.592</b>	<b>261.494</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>74.315</b>	<b>71.612</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	1.333	1.068	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	58.051	59.710
				Depósitos à Vista		34.073	39.720
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	198.540	198.015	Depósitos a Prazo		23.978	19.990
Centralização Financeira - Cooperativas		198.540	198.015				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	47.606	57.097	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1	2
Operações de Crédito		54.796	66.786	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	2
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.190)	(9.689)				
OUTROS CRÉDITOS		6.710	5.232	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		114	64
Rendas a Receber		132	133	Recursos em Trânsito de Terceiros		114	64
Diversos	(NOTA 06)	6.650	5.167				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(72)	(68)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 11)	2.097	638
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	403	82	Empréstimos País - Outras Instituições		2.097	638
Outros Valores e Bens		3.068	2.776				
(Provisão para desvalorização)		(2.741)	(2.741)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		14.052	11.198
Despesas Antecipadas		76	47	Cobrança e Arrecadação de Tributos		42	14
				Sociais e Estatutárias		3.612	2.248
				Fiscais e Previdenciárias		561	557
				Diversas	(NOTA 12)	9.837	8.379
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>67.389</b>	<b>72.233</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>177.614</b>	<b>190.977</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.389	72.233	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		177.614	190.977
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	43.805	49.323	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	177.614	190.977
Operações de Crédito		50.242	60.136	Depósitos a Prazo		177.614	190.977
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.437)	(10.813)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	2.245	3.367				
Diversos		2.245	3.367				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	-	1				
Despesas Antecipadas		-	1				
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	4.567	2.649	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>70.052</b>	<b>71.138</b>
Outros Investimentos		4.567	2.649	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14)	46.595	49.544
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	16.380	16.624	De Domiciliados no País		46.598	49.551
Imóveis de Uso		10.146	10.146	(Capital a Realizar)	(3)	(3)	(7)
Outras Imobilizações de Uso		15.426	14.678	RESERVAS DE SOBRAS		22.931	19.471
(Depreciação acumulada)		(9.192)	(8.200)				
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	392	269	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		526	2.123
Outros Ativos Intangíveis		989	805				
(Amortização acumulada)		(597)	(536)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>321.981</b>	<b>333.727</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>321.981</b>	<b>333.727</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Descrição das contas	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>16.243</b>	<b>-</b>	<b>16.243</b>	<b>33.266</b>	<b>-</b>	<b>33.266</b>	<b>46.207</b>	<b>-</b>	<b>46.207</b>
Operações de Crédito	16.243	-	16.243	33.266	-	33.266	46.207	-	46.207
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(7.235)</b>	<b>(12)</b>	<b>(7.247)</b>	<b>(20.959)</b>	<b>(19)</b>	<b>(20.978)</b>	<b>(39.001)</b>	<b>(12)</b>	<b>(39.013)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.529)	(8)	(7.537)	(18.855)	(14)	(18.869)	(30.635)	(10)	(30.645)
Operações de Empréstimos e Repasses	(84)	(4)	(88)	(137)	(5)	(142)	(81)	(2)	(83)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	378	-	378	(1.967)	-	(1.967)	(8.285)	-	(8.285)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.008</b>	<b>(12)</b>	<b>8.996</b>	<b>12.307</b>	<b>(19)</b>	<b>12.288</b>	<b>7.206</b>	<b>(12)</b>	<b>7.194</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(7.715)</b>	<b>285</b>	<b>(7.430)</b>	<b>(10.679)</b>	<b>479</b>	<b>(10.200)</b>	<b>(3.700)</b>	<b>656</b>	<b>(3.044)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	309	1.030	1.339	542	1.863	2.405	248	1.704	1.952
Rendas de Tarifas Bancárias	1.510	-	1.510	2.654	-	2.654	1.946	-	1.946
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.219)	(385)	(9.604)	(18.748)	(643)	(19.391)	(18.892)	(452)	(19.344)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(5.076)	(261)	(5.337)	(9.992)	(447)	(10.439)	(9.475)	(318)	(9.793)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(491)	(75)	(566)	(601)	(120)	(721)	(254)	(91)	(345)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	9.287	76	9.363	22.196	78	22.274	27.822	126	27.948
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(4.035)	(100)	(4.135)	(6.730)	(252)	(6.982)	(5.095)	(313)	(5.408)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.293</b>	<b>273</b>	<b>1.566</b>	<b>1.628</b>	<b>460</b>	<b>2.088</b>	<b>3.506</b>	<b>644</b>	<b>4.150</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>182</b>	<b>-</b>	<b>182</b>	<b>483</b>	<b>3</b>	<b>486</b>	<b>589</b>	<b>(1)</b>	<b>588</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.475</b>	<b>273</b>	<b>1.748</b>	<b>2.111</b>	<b>463</b>	<b>2.574</b>	<b>4.095</b>	<b>643</b>	<b>4.738</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>389</b>	<b>389</b>	<b>-</b>	<b>343</b>	<b>343</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>(135)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	22	22	-	-	-	-	(68)	(68)
Provisão para Contribuição Social	-	24	24	-	-	-	-	(67)	(67)
Ativo Fiscal Diferido	-	343	343	-	343	343	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.475</b>	<b>662</b>	<b>2.137</b>	<b>2.111</b>	<b>806</b>	<b>2.917</b>	<b>4.095</b>	<b>508</b>	<b>4.603</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>806</b>	<b>(806)</b>	<b>-</b>	<b>508</b>	<b>(508)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>1.475</b>	<b>662</b>	<b>2.137</b>	<b>2.917</b>	<b>-</b>	<b>2.917</b>	<b>4.603</b>	<b>-</b>	<b>4.603</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.391)</b>	<b>-</b>	<b>(2.391)</b>	<b>(2.480)</b>	<b>-</b>	<b>(2.480)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.001)	-	(1.001)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(53)	-	(53)	(212)	-	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(474)	-	(474)	(1.910)	-	(1.910)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(863)	-	(863)	(358)	-	(358)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>2.123</b>	<b>-</b>	<b>2.123</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>51.272</b>	<b>33.025</b>	<b>(15.822)</b>	<b>68.475</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.442	-	-	1.442
Baixas de capital	(3.170)	-	-	(3.170)
Reversões de reservas	-	(15.822)	15.822	-
Resultado do período	-	-	4.603	4.603
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(212)	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.910	(1.910)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	358	(358)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>49.544</b>	<b>19.471</b>	<b>2.123</b>	<b>71.138</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(1.728)</b>	<b>(13.554)</b>	<b>17.945</b>	<b>2.663</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>49.544</b>	<b>19.471</b>	<b>2.123</b>	<b>71.138</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	2.123	(2.123)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.202	-	-	1.202
Baixas de capital	(5.130)	-	-	(5.130)
Resultado do período	-	-	2.917	2.917
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(53)	(53)
Reserva Legal - Estatutária	-	474	(474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	979	-	(1.001)	(22)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	863	(863)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>46.595</b>	<b>22.931</b>	<b>526</b>	<b>70.052</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(2.949)</b>	<b>3.460</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(1.086)</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>47.470</b>	<b>21.594</b>	<b>780</b>	<b>69.844</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	600	-	-	600
Baixas de capital	(2.454)	-	-	(2.454)
Resultado do período	-	-	2.137	2.137
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(53)	(53)
Reserva Legal - Estatutária	-	474	(474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	979	-	(1.001)	(22)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	863	(863)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>46.595</b>	<b>22.931</b>	<b>526</b>	<b>70.052</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(875)</b>	<b>1.337</b>	<b>(254)</b>	<b>208</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ**  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.188</b>	<b>(2.773)</b>	<b>(787)</b>
Resultado do semestre/exercício	2.137	2.917	4.603
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(949)</b>	<b>(5.690)</b>	<b>(5.390)</b>
(Reversão) para operações de crédito	(1.415)	(6.875)	(6.601)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(27)	4	26
Depreciação do imobilizado de uso	604	1.174	1.303
Amortização do intangível	28	62	11
Baixas do ativo permanente	22	26	119
Baixas do ativo Investimentos	-	-	62
(Reversão) para passivos contingentes	(81)	(71)	(101)
Destinações ao FATES	(53)	(53)	(212)
Dividendos SicrediPar	(27)	43	3
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>3.191</b>	<b>10.572</b>	<b>42.357</b>
Redução em relações interfinanceiras ativas	828	-	1
Redução em operações de crédito	3.407	21.884	71.919
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.188)	(1)	2
(Aumento) Redução em outros créditos	(669)	(403)	341
(Aumento) em outros valores e bens	(87)	(321)	(12)
(Redução) em depósitos	(3.758)	(15.021)	(35.028)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(11)	51	(5)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	88	1.459	15
Absorção de dispêndios pelo FATES	(55)	(212)	-
Aumento em outras obrigações	4.636	3.136	5.124
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>4.379</b>	<b>7.799</b>	<b>41.570</b>
Aquisição de Investimentos	-	(1.918)	(814)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(564)	(957)	(325)
Aplicações no Intangível	(108)	(184)	(91)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(672)</b>	<b>(3.059)</b>	<b>(1.230)</b>
Integralização de capital	600	1.202	1.442
Baixa de capital	(2.454)	(5.130)	(3.170)
Juros ao capital próprio	(22)	(22)	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.876)</b>	<b>(3.950)</b>	<b>(1.728)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.831</b>	<b>790</b>	<b>38.612</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	198.042	199.083	160.471
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	199.873	199.873	199.083

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/05/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.044)</b>	-	<b>(3.044)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	<b>(9.724)</b>	<b>(69)</b>	<b>(9.793)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	<b>(5.477)</b>	<b>69</b>	<b>(5.408)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2018.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### **c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **d) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **g) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **h) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### **j) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **k) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **m) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	1.333	1.068
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	198.540	198.015
Total	199.873	199.083

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

#### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

##### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	50.659	47.206	97.865	114.136
Financiamentos	4.137	3.036	7.173	12.786
Carteira total	54.796	50.242	105.038	126.922

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.902	1	2.903	2.113
Total	2.902	1	2.903	2.113

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

##### b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	56	-	-	-
Nível A	0,50	30.265	34.745	151	174
Nível B	1,00	36.557	25.735	371	257
Nível C	3,00	19.950	34.096	599	1.023
Nível D	10,00	4.752	10.495	475	1.049
Nível E	30,00	3.560	5.065	1.068	1.519
Nível F	50,00	2.875	4.084	1.438	2.042
Nível G	70,00	1.096	1.031	767	722
Nível H	100,00	8.830	13.784	8.830	13.784
Total (i)		107.941	129.035	13.699	20.570

##### c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.361	14.072	14.257	27.439	58.129	69.196
Industrial	-	355	150	783	1.288	-
Comércio	274	1.223	2.164	3.161	6.822	2.606
Outros Serviços	245	9.780	12.817	18.860	41.702	57.233
Total	2.880	25.430	29.388	50.243	107.941	129.035

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	27.915	25,86	43.268	33,53
50 devedores seguintes	29.740	27,55	36.178	28,04
100 devedores seguintes	14.466	13,40	15.427	11,96
Demais	35.820	33,19	34.162	26,47
Total	107.941	100	129.035	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016
Saldo inicial	20.570	27.145
Constituição de provisão	1.967	8.285
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.838)	(14.860)
Saldo final	13.699	20.570

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.720 (2016 - R\$ 1.182), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.602 (2016 - R\$ 2.789).

**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	91	78
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	698	392
Adiantamentos por conta de imobilizações	62	-
Devedores por depósitos em garantia	1.082	916
Impostos e contribuições a compensar	104	48
Títulos e créditos a receber	2.902	2.113
Devedores por convênios	114	131
Operações com cartões	61	31
Pendências a regularizar	1	103
Outros	1.535	1.355
Total Circulante	6.650	5.167

Títulos e créditos a receber	1	-
Outros	2.244	3.367
Total realizável a longo prazo	2.245	3.367

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	3.068	2.772
Imóveis	327	-
Veículos e afins	-	31
Bens em regime especial	2.741	2.741
Material em estoque	-	4
Despesas antecipadas	76	47
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.741)	(2.741)
Total Circulante	403	82

Despesas antecipadas	-	1
Total realizável a longo prazo	-	1

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.741 (2016 - R\$ 2.741) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 08 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.022	1.104
Sicredi Participações S.A.	1.544	1.544
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	4.567	2.649

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	501.053 ON	501.053 ON	1	1	3.021.981	1.104.031
	1.043.321 PN	1.043.321 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,18%	0,61%	0,63%	1,57%	0,69%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	1.544	1.544	1	1	3.022	1.104

#### NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	25.572	(9.192)	16.380	16.624
Imobilizações em curso	-	4.562	-	4.562	4.451
Edificações	4%	10.146	(2.351)	7.795	8.196
Instalações	10%	5.475	(2.670)	2.805	2.721
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.718	(1.012)	706	748
Sistema de comunicação	10%	186	(101)	85	94
Sistema de processamento de dados	20%	3.233	(2.888)	345	327
Sistema de segurança	10%	252	(170)	82	87
Intangível (i)		989	(597)	392	269
Investimentos Confederação		479	(90)	389	265
Outros ativos intangíveis		510	(507)	3	4
Total		26.561	(9.789)	16.772	16.893

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	34.073	-	-	34.073	39.720
Depósitos a prazo	4.084	19.894	177.614	201.592	210.967
Total	38.157	19.894	177.614	235.665	250.687

#### NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	2.097	638
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.097	638
Total circulante	2.097	638

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

#### NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	2.746	2.169
Provisão para pagamentos a efetuar	2.236	1.918
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	1.162	1.233
Pendências a regularizar	57	2
Operações com cartões	2.974	2.265
Demais fornecedores	470	518
Credores diversos	192	274
Total circulante	9.837	8.379

**NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	1	176	(16)	161
Cível	-	17	(16)	1
Tributária	1.232	-	(232)	1.000
Total	1.233	193	(264)	1.162

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	161	1
Cível	Provável	1	-
Tributária	Provável	1.000	1.232
Total		1.162	1.233

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 60 e R\$ 2.798 (2016 - R\$ 59 e R\$ 1.000), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento ações de natureza tributária que tratam da incidência de PIS e Cofins sobre os atos cooperativos, os processos estão suspensos em razão de decisão favorável obtida nos autos em que foi reconhecida a não incidência dos tributos sobre os atos cooperativos. Os processos atingem o montante de R\$ 2.602, e a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	46.595	49.544
Total de associados	14.968	14.318

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.949 (2016 – R\$ 1.728), sendo R\$ 979 (2016 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 1.202 (2016 – R\$ 1.442), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.130 (2016 – R\$ 3.170).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,1087% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.001, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.574	4.738
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.081)	(1.993)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	6
Provisão resgate de milhas cartão	10	(14)
Provisão PPR	6	6
Receita com atos cooperativos	887	1.720
Juros sobre capital próprio	420	-
Outros	101	140
Subtotal	1.424	1.858
IRPJ e CSLL registrados no resultado	343	(135)

**NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades (Nota 04)	220	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	198.540	198.015
Outros Créditos - Rendas a receber	71	29
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	404	317
Investimentos (Nota 08)	4.567	2.649
Intangível (Nota 09)	389	265
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	2.097	638
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	2.864	2.011
<b>Receitas</b>		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	74	66
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	20.635	26.333
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	142	83
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	587	637
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 19)	3.258	2.520

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	99	0,29%	241
Depósitos a prazo	3.974	1,97%	1.063
Operações de crédito	1.085	1,03%	1.349

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.488	3.109

**NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	354	348
Despesa de aluguéis	1.038	933
Despesa de comunicação	724	832
Despesa de manutenção e conservação	792	912
Despesa de material	111	110
Despesa processamento dados	164	139
Despesa de promoções e relações públicas	651	648
Despesa de propaganda e publicidade	26	41
Despesa de seguro	47	83
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.014	880
Despesa de serviços de terceiros	207	182
Despesa de serviços de vigilância e segurança	930	1.023
Despesa de serviços de técnicos especializados	515	468
Despesa de serviços de transportes	418	310
Despesa de viagem	368	202
Outras despesas administrativas	3.080	2.682
Total	10.439	9.793

**NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	237	355
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	20.458	26.191
Reversão de provisões operacionais	1.291	1.247
Outras rendas operacionais	288	155
<b>Total</b>	<b>22.274</b>	<b>27.948</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.343	953
Contribuição O.C.E.	123	117
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	361	586
Contribuição Confederação Sicredi	2.059	1.171
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	336	179
Encargos da administração financeira	115	143
Repasse administradora de Cartões	186	122
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	60	22
Outras provisões operacionais	776	635
Outras despesas operacionais	623	1.480
<b>Total</b>	<b>6.982</b>	<b>5.408</b>

**NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	234	-
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>-</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

**II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.



Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

**NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

<b>Limites operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>69.741</b>	70.979
<b>Nível I (NI)</b>	<b>69.741</b>	70.979
<b>Capital principal - CP</b>	<b>69.741</b>	70.979
Capital social	<b>46.595</b>	49.544
Reservas de capital	<b>22.931</b>	19.471
Lucros acumulados	<b>526</b>	2.123
Ajustes Prudenciais	<b>(311)</b>	(159)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>175.655</b>	180.382
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>46.907</b>	47.530
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>39,70%</b>	39,35%
Situação de Imobilização (Imob)	<b>16.462</b>	16.735
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>23,60%</b>	23,58%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Rui Andre Steffens  
Diretor Executivo  
CPF: 829.247.919-87

---

Lincoln de Aquino Loh  
Diretor De Operações  
CPF: 024.474.157-37

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20